



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6662 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO DO OFÍCIO DE ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR

Jaiana da Silva Santos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Ivan Faria - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO DO OFÍCIO DE ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR

Introdução

O presente resumo aborda o significado da participação em programas de Iniciação Científica (IC) para os processos de transição e adaptação ao ensino superior destes para a formação global do aluno da graduação. Trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento que envolve bolsistas de uma instituição de ensino superior federal localizada no interior do Nordeste, oriundos de famílias com pouca ou nenhuma tradição acadêmica.

Para fundamentar o trabalho recorre-se ao conceito de afiliação desenvolvido por Coulon (2008), que aborda diferentes desafios e etapas para a adaptação à vida acadêmica. Desse modo, pretende-se evidenciar a importância da afiliação para que os “novos” estudantes universitários consigam se apropriar da cultura acadêmica, fortalecendo o sentimento de pertencimento àquele espaço e, conseqüentemente, diminuindo os riscos de evasão, e de como a participação em programas de IC pode ser um suporte positivo à permanência na universidade.

Percurso metodológico

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa e se desenvolveu a partir da coleta de dados sobre o quadro de bolsas institucionais disponibilizado pela Pró-Reitora de Graduação da instituição *lócus* da pesquisa.

Tendo como instrumentos empíricos o questionário e a entrevista semiestruturada realizados com seis estudantes bolsistas matriculados em cursos de graduação, com idade

entre 18 e 29 anos, de cursos de graduação em Agroecologia, Engenharia Florestal, Agronomia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Zootecnia, Bacharelado em Biologia e Engenharia de Pesca. O questionário visa caracterizar aspectos sociodemográficos, formação dos pais, participação no grupo de iniciação científica, entre outras. Já as entrevistas semiestruturadas visam abordar os significados que os participantes atribuem às suas trajetórias de afiliação acadêmica, a importância da IC para sua formação e suporte à permanência na universidade. Devido à pandemia de Covid-19, as entrevistas foram realizadas de forma remota através do Google Meet.

Iniciação Científica: contextualizando

A inserção de alunos em programas de IC geralmente tem ocasionado “impactos positivos como satisfação com a experiência de fazer ciência, perspectiva de maior dedicação à pesquisa, aumento de motivação para as atividades gerais do curso de graduação e interesse pela carreira acadêmica” (SILVA, 2012, p.128).

Compreendida como a “vivência prática do processo de fazer pesquisa sob orientação de um pesquisador qualificado”, a IC surge no Brasil em meados do ano de 1940, sendo institucionalizada uma década depois. Já em 1951, o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq), “abriu a oportunidade de apoio financeiro a pesquisadores através de bolsas, incluindo alunos de graduação” (SILVA, 2012, p.128). Posteriormente, em 1988 o CNPq, criou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que ampliou significativamente o apoio ao desenvolvimento da pesquisa por alunos da graduação através da concessão de bolsas.

Dessa forma, o desenvolvimento da pesquisa na universidade brasileira foi ganhando força e adentrando o espaço acadêmico cada vez mais. Assim, o ensino passou a ser voltado para uma formação mais humana do estudante pautada principalmente na tríade ensino-pesquisa-extensão.

Com a política de interiorização, iniciada em meados dos anos 2003 com o então governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se uma nova dinâmica de ingresso no ensino superior, visto que um dos principais objetivos dessa política era tornar acessível a educação superior a estudantes de baixa renda.

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído por meio do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, “o governo amplia sobremaneira os investimentos na educação superior, e reforça a concepção de desconcentração da IFES em grandes centros urbanos e de maior poder aquisitivo” (JESUS, 2016, p.35), contribuindo para a regionalização e interiorização da oferta de vagas em todo o país.

Observa-se a partir de então uma crescente política de expansão da rede federal de ensino superior no Brasil, que também são acompanhadas pela ampliação de oferta de bolsas de IC, em suas diversas modalidades PET, PIBIC, PIBIT. Na instituição pesquisada, no ano de 2019, para um total de 13.741 estudantes matriculados, foram ofertadas 2.273 bolsas institucionais nas mais diversas modalidades (monitoria, auxílios), sendo que destas, 482 são destinadas à IC, segundo dados disponibilizados pela própria instituição.

O aprendizado do ofício de estudante

O ingresso no ensino superior durante muitos anos foi privilégio de poucos. No entanto, esse cenário tem se modificado gradativamente devido à “adoção de ações afirmativas que mobilizaram o acesso ao ensino superior de negros e de pessoas oriundas dos extratos mais baixos da sociedade brasileira” (BARROS, 2013, p.9).

Em face dessas ações que visaram promover o amplo acesso à educação superior e conjuntamente a adoção de políticas afirmativas para garantir principalmente a permanência desse “novo” público que começa a adentrar as universidades, surgem outras questões que também são de grande relevância para que a permanência desse estudante seja garantida, como os processos de adaptação às rotinas acadêmicas que este terá que enfrentar.

De acordo com Coulon (2017, p.1241) “os novos públicos chegaram a universidade com níveis muito heterogêneo, com origens sociais extremamente diferentes do que se tinha habitualmente”. Dessa forma, a universidade passa a receber um público bem diversificado seja ele proveniente de escolas públicas, de famílias sem tradição universitária, de zona rural, quilombolas entre outros. Essa nova realidade vai “demandar novos valores e uma nova postura, ou seja, vai implicar numa reorientação da política de educação superior brasileira” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.73).

Especialmente no primeiro ano de ingresso na universidade, os estudantes tendem a sentir mais intensamente os efeitos da adaptação à vida universitária. Para Coulon (2017, p.1241) “a desigualdade das chances de acesso ao saber permanece um fenômeno persistente e inquietante, particularmente espetacular no primeiro ciclo universitário, principalmente no primeiro ano”, isto é, a democratização do acesso ao ensino superior nem sempre implica numa democratização do acesso ao saber. Como consequência, observa-se que o número de evasão e o fracasso escolar tendem a ser maiores nesse período.

Nota-se, então, uma verdadeira maratona enfrentada pelos estudantes recém-chegados à universidade para se adaptarem à transição escola-universidade, ao mesmo tempo em que lutam para passarem do status de aluno ao de estudante. Dessa forma, “a universidade e a política de ações afirmativas devem trabalhar juntas na direção da construção e reconstrução de laços entre a escola e a universidade” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.74), ou seja, é preciso repensar currículos, entender o novo perfil de estudante, enfim, criar condições que favoreçam efetivamente a permanência, que vai muito além de disponibilizar bolsas ou aumentar número de vagas nas universidades.

Logo, “adaptar-se, faz parte do métier estudantil, que deve ser constantemente aperfeiçoado, contribuindo no processo que faz nascer o sentimento de pertencimento à universidade” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.74). Essa adaptação à vida universitária implica em aprender o ofício de estudante, isto é, “apreender a cultura universitária – tornar-se um deles, para não ser eliminado nesse mundo novo” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.74). Portanto, esse processo de adaptação é crucial e exigirá do estudante um aprendizado que o levará a decifrar os códigos impostos pela cultura universitária, fazendo com que sua permanência na universidade seja de forma qualificada.

De acordo com Coulon (2017) este processo de aprendizagem é chamado de afiliação estudantil. Segundo o autor, no tempo da afiliação:

os estudantes descobrem e aprendem a utilização dos numerosos códigos, institucionais e intelectuais, que são indispensáveis a seu ofício de estudante. Eles começam a reconhecer e assimilar as evidências e as rotinas do trabalho intelectual. Um estudante afiliado sabe ouvir o que não foi dito, sabe ver o que não foi designado. *Ele sabe transformar as inumeráveis instruções do trabalho intelectual em ações práticas*: ele descobriu a praticidade das regras e começa a se tornar um membro competente, uma pessoa dotada da cultura exigida, que atribui o mesmo sentido às

A afiliação estudantil, no entanto, não é algo fácil, pois para os “iniciantes” a universidade, nesse momento, se constitui num espaço totalmente desafiador, no qual ele sequer imagina como funciona. Contudo, muitos conseguem superar essas dificuldades e obter êxito no processo de afiliação. Quando isso ocorre, é possível perceber que o estudante “começa a categorizar o mundo intelectual, no qual entrou alguns meses antes, da mesma maneira que os outros membros e, sobretudo, da maneira como os seus professores esperam que ele faça” (COULON, 2017, p. 1247).

Vale destacar que, para Coulon (2008) o processo de afiliação é precedido por dois outros processos: o tempo de estranhamento e o tempo de aprendizagem que são momentos em que estes “estão rompendo com seu passado recente, mas ainda não possuem um lugar concreto e seguro, estão começando a decifrar a existência de códigos implícitos, conhecendo as regras que fazem parte do cotidiano universitário” (SOUZA; SANTOS, 2014 p.76).

Já o tempo de afiliação, ainda segundo Coulon (2008), está dividido em dois momentos: a afiliação institucional e afiliação intelectual. A afiliação institucional ocorre “quando o estudante consegue interpretar, usar e jogar com as regras da instituição, descobrir aquelas que estão escondidas e utilizá-las na construção individualizada de seu percurso” (SAMPAIO; SANTOS, 2015, p.207). Quanto à afiliação intelectual esta “indica a percepção das competências intelectuais adquiridas, e a competência de demonstrá-las” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.77).

Nesse contexto, diversos fatores contribuem para o processo de afiliação do estudante e, conseqüentemente, sua permanência na universidade, entre eles a participação em programas de IC, que acaba se tornando uma estratégia eficaz no processo de afiliação estudantil, pois “soma a experiência em grupo e o acompanhamento do professor-orientador, maneira eficiente de iniciar-se no meio acadêmico, forma privilegiada de aprendizagem do ofício de estudante” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.80).

A participação em grupos de IC favorece, além do contato com a pesquisa, o fortalecimento tanto das relações com professores, colegas e comunidade acadêmica. Mas não só isso, participar de grupos de pesquisa pode “favorecer na formação não só do aluno enquanto pesquisador dotado de habilidades acadêmicas, mas de uma rede de apoio formada por colegas de pesquisa e pelo professor-orientador” (SOUZA; SANTOS, 2014, p.80).

Análise e discussão dos resultados preliminares

De modo geral, verificou-se tanto nas narrativas quanto nas respostas ao questionário dos participantes da pesquisa, que as experiências universitárias destes são marcadas por desafios comuns, especialmente, em termos da transição escola-universidade. Além disso, o fato de todos participarem da mesma modalidade de programa de IC ocasionou respostas próximas quantos aos benefícios proporcionados pela participação dos bolsistas nesses grupos.

Os participantes relataram as dificuldades que enfrentaram no primeiro ano de vida acadêmica, sobretudo pelo fato de terem que migrar de suas localidades de origem para estudar em outra cidade. Os relatos revelaram o quão difícil foi a adaptação à vida universitária e à afiliação estudantil.

“No início tive que morar em uma casa alugada pela prefeitura da minha cidade.

Mas eu não consegui me adaptar às pessoas que ali estavam. Eram hábitos, jeitos de ser que não faziam parte da minha realidade, não estava acostumada com aquilo. Pensei em desistir. Emagreci muito, minha família veio me buscar, não me sentia parte daquele grupo[...]"(E1,23 anos)

"Por conta das demandas do curso tive que abrir mão da vida social e, muitas vezes, do convívio com a família. Até entender a rotina da universidade e aprender a dividir melhor meu tempo, demorou um pouco." (E2, 26 anos)

Outro ponto abordado pelos participantes da pesquisa é a relevância de estarem inseridos em um programa de IC apontando os benefícios acadêmicos, profissionais e pessoais.

"Fazer parte de um programa de IC te possibilita vivenciar a universidade de maneira mais completa; diferente de quem só vai a universidade para assistir aulas."(E3, 24 anos)

"Participar de programa de IC me ajudou a vencer a timidez, por exemplo, a ter contato com pessoas de outros cursos, já que o meu grupo é interdisciplinar." (E4, 24 anos)

Além disso, outro aspecto apontado nas narrativas dos participantes foi o fato de que a participação nos grupos de IC foi fundamental para o processo de adaptação à vida acadêmica, já que estes funcionaram como um suporte emocional, financeiro que acabou por favorecer a permanência destes na universidade, além de ser "uma maneira de dialogar, debater, conhecer outros estudantes que estão em mesma situação e partilham do mesmo mundo, ainda que de ângulos diferenciados" (SOUZA; SANTOS, 2014, p.80).

"Se eu não tivesse essa bolsa, provavelmente já teria desistido do curso, porque minha família não tem condições de me manter na universidade." (E5, 24 anos)

A sobrecarga das atividades dos cursos de graduação também foi apontada como uma questão que preocupa os participantes, que afirmam que muitos estudantes acabam adoecendo diante da pressão que sofrem na vida acadêmica.

"O curso é muito denso, mal tenho tempo para outras atividades fora do ambiente acadêmico, pois tenho que dedicar muitas horas por dia para aprender os conteúdos passados pelos professores." (E2, 26 anos)

Assim, abordar sobrecarga e rotina "é quase inevitável quando se estuda vida universitária, pois [...] são propostas atividades que desafiam a percepção do estudante sobre sua própria capacidade de administrar seu tempo e suas obrigações" (CARNEIRO; SOARES, 2019, p. 19490). Isto é, ao se deparar com a nova realidade, diferente da que estavam acostumados no ensino médio, muitos acabam estranhando o fluxo das atividades propostas na universidade, o ritmo de trabalhos, conteúdos, provas, enfim toda a nova rotina que coloca em risco o processo de afiliação estudantil.

Contudo, apesar das narrativas dos entrevistados revelarem percursos acadêmicos cheios de obstáculos, a afiliação e a permanência na universidade simbolizam uma trajetória que foi capaz de sobreviver aos entraves impostos a esses novos estudantes. Mais ainda, a participação em programas de IC possibilita a esses alunos vivenciar a universidade em sua forma mais ampla, fortalecer vínculos além de ser uma importante estratégia de afiliação.

Considerações finais

No Brasil, ao longo dos anos, acompanhamos a persistência de uma política educacional excludente e seletiva que por longo tempo reafirmou a falta de acesso à educação de uma ampla maioria da população. No entanto, observa-se nos últimos anos a expansão do número de vagas e a entrada das classes menos favorecidas nas universidades, o que acabam gerando demandas que, conseqüentemente, vão requerer ações que serão cruciais para tornar possível uma maior ampliação do acesso, permanência e graduação no ensino superior. Sem essas medidas o quantitativo de evasão só tende a aumentar.

Dessa maneira, nota-se a importância de se ter no interior das universidades públicas de permanência e, mais que isso, de programas que oportunizem uma formação de qualidade para os estudantes que nela ingressam.

Especialmente para a universidade federal do interior do Nordeste, *lócus* dessa pesquisa, os programas de IC surgem como grandes aliados, uma vez que estes promovem grandes contribuições para o crescimento e formação profissional; oferece atividades diversificadas, proporciona experiências interessantes; atividades de campo em grupo, o que possibilita aprendizado constante e contribui para a formação não obrigatória e desenvolvimento pessoal; pluralidade de atividades; aprendizagem em áreas do conhecimento diversas e complementares, abrangendo outras competências; complemento para a graduação, pois oferece experiências e aprendizados para além da graduação, entre outros.

No entanto, vale ressaltar que a IC muitas vezes tem cumprido papel diferente daquele para o qual inicialmente foi criada, pois mais que possibilitar ao aluno o contato com a pesquisa, esta acabou por se tornar um importante suporte à permanência material, quando novos públicos chegam à universidade.

Sendo assim, esta pesquisa nasce num contexto em que as políticas educacionais vêm sendo alvo de inúmeros ataques, sobretudo com os cortes nos orçamentos das universidades, dos institutos federais e escolas de aplicação, comprometendo seriamente o financiamento da pesquisa no Brasil. Assim, tanto os projetos de pós-graduação, quanto os de IC, que contam com bolsas custeadas pelos Estados, entraram na mira do contingenciamento orçamentário já em 2019. Além disso, nota-se as tentativas do governo em colocar em segundo plano áreas como as de Ciências Humanas, por entender que estas não dão retorno imediato a sociedade, e destinar maior concentração de recursos em áreas que dão retorno imediato à sociedade como a das engenharias e medicina.

Diante deste cenário, vê-se a necessidade de reafirmar a importância das políticas de acesso e permanência, de inclusão de grupos sociais historicamente relegados, da manutenção dos direitos sociais, econômicos e políticos, da garantia de educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis.

Referências

BARROS, R.C. S. **Políticas afirmativas no ensino superior**: a experiência da UFRB. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA ; UERJ, LPP, 2013.

CARNEIRO, V. T.; SOARES, P.S. Promovendo a afiliação estudantil através de um grupo de apoio acadêmico. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 19484-19502 oct. 2019. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/3812>. Acesso em: 27 jul. 2020.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez. 2017.

JESUS, J.A.S.de. **A política de expansão e interiorização do ensino superior através da Universidade Aberta do Brasil**: a experiência da Univasf no Vale do Submédio São Francisco. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, Bahia. 2016. Disponível em: [www.ufrb.edu.br > dissertacoes > category](http://www.ufrb.edu.br/dissertacoes/category). Acesso em 14 abr. 2020.

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. dos. A teoria da afiliação: notas para pensar a adaptação de novos públicos ao Ensino Superior. **Atos de Pesquisa em Educação (FURB)**, v.10, p. 202-214, 2015.

SILVA, L. F.. Iniciação científica – contexto e aspectos práticos. **Revista De Medicina**, v. 91, n. 2, p. 128-136, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v91i2p128-136>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SOUZA, G.K.A. de; SANTOS, D.B.R. Os “novos” universitários e os (des) caminhos para a afiliação estudantil e a permanência. **Revista Olhares Sociais / PPGCS / UFRB**, Vol. 03. Nº. 02 – 2014. Disponível em: https://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/5-Especial-OS-NOVOS-UNIVERSITARIOS-E-OS-DES-CAMINHOS-PARA-A-AFILIACAO-ESTUDANTIL-E-A-PERMANENCIA_Ok_final_01.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

Palavras-chave: Iniciação científica, afiliação estudantil, ensino superior.